



## **DECRETO Nº 49**

*de 06 de junho de 2012*

### **Regulamenta o Fundo Municipal da Assistência Social de Jardim, Instituído pela Lei nº 1.555 de 22 de dezembro de 2012.**

*CARLOS AMÉRICO GRUBERT, Prefeito Municipal de Jardim-MS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município; DECRETA:*

#### **Art. 1º..**

*Fica regulamentado o Fundo Municipal de Assistência Social, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da Política de Assistência Social, destacadas na Lei Orgânica de Assistência Social, como benefícios, serviços, programas e projetos, na área de assistência social.*

#### **Art. 2º..**

*Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):*

##### **I.**

*recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;*

##### **II.**

*dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei Orçamentária anual estabelecer no transcorrer de cada exercício;*

##### **III.**

*doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;*

#### **IV.**

*receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;*

#### **V.**

*as parcelas do produto oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênios do setor;*

#### **VI.**

*produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;*

#### **VII.**

*doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;*

#### **VIII.**

*outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.*

#### **1º**

*A dotação orçamentária prevista para o Órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, após realização das receitas correspondentes.*

#### **2º**

*Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).*

#### **3º**

*O saldo financeiro do exercício apurado em balanço, será utilizado em exercício subsequente e incorporado ao orçamento do FMAS.*

### **Art. 3º..**

*O FMAS será gerido pelo Gestor Municipal de Assistência Social, responsável pela Política de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).*

#### **1º**

*A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).*

#### **2º**

*O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.*

### **Art. 4º..**

*São atribuições do Gestor de Assistência Social:*

#### **I.**

*Elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Assistência Social, encaminhando ao Conselho Municipal da Assistência Social os Relatórios Mensais sobre sua implementação;*

#### **II.**

*Administrar o FMAS e coordenar a execução da aplicação de seus recursos, em conjunto com o CMAS e de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social;*

#### **III.**

*Em consonância com as Deliberações do CMAS, planejar, coordenar e executar projetos de estudos, de pesquisas e de capacitação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos do Plano Municipal da Assistência Social;*

#### **IV.**

*Submeter ao CMAS o Plano de Aplicação à cargo do FMAS em consonância com o Plano Municipal da Assistência Social;*

**V.**

*Submeter ao CMAS, as demonstrações mensais das receitas e despesas a cargo do FMAS;*

**VI.**

*Encaminhar ao setor responsável pela contabilidade geral do município, as demonstrações mencionadas no inciso anterior, bem como o Balanço Geral do FMAS;*

**VII.**

*Firmar convênios e contratos, inclusive empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, ouvido o CMAS, referente a recursos que serão administrados pelo FMAS em consonância o Plano Municipal da Assistência Social;*

**VIII.**

*Em conjunto com o CMAS, elaborar proposta orçamentária anual do FMAS para integrar o orçamento geral do município, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal;*

**Art. 5º..**

*Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:*

**I.**

*financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Gerência Municipal de Assistência Social, ou por órgão conveniado;*

**II.**

*pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução da Política de Assistência Social;*

**III.**

*aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas;*

#### **IV.**

*construção, reformas, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para execução da Política de Assistência Social;*

#### **V.**

*desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;*

#### **VI.**

*desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da Assistência Social;*

#### **VII.**

*pagamento dos benefícios eventuais, conforme o Artigo 15 da Lei nº 8742/93 e Alteração contida na Lei nº 12.435/11 e regulamentação municipal;*

#### **VIII.**

*pagamento de recursos humanos na área da assistência social.*

#### **Art. 6º..**

*O repasse de recurso para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com demais critérios estabelecidos pelo próprio Conselho.*

#### **Parágrafo único. .**

*As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos, serviços e benefícios aprovados pelo CMAS.*

#### **Art. 7º..**

*As contas e os relatórios do gestor do FMAS deverão ser apreciados e aprovados pelo CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.*

#### **Art. 8º..**

*A contabilidade evidenciará a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Assistência Social, conforme a legislação pertinente.*

#### **Art. 9º..**

*A contabilidade permitirá controle prévio, concomitante e subsequente, informando apropriações, apurando custos de serviços, interpretando e avaliando, com os instrumentos de sua competência, os resultados obtidos.*

#### **Art. 10.**

*A contabilidade será feita por profissional habilitado, emitindo relatórios mensais de gestão dos custos dos serviços, assim como os balancetes do FMAS.*

#### **Art. 11.**

*Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, crédito adicional especial no valor necessário, obedecendo as prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.*

#### **Art. 13.**

*Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário; entrando em vigor na data de sua publicação.*

*Em, 06 de Junho de 2012.*

**CARLOS AMÉRICO GRUBERT** *Prefeito Municipal*

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*